

PESCAS

INDICE

INTRODUÇÃO

- 1 - APRESENTAÇÃO DO SECTOR DAS PESCAS
- 2 - FACTORES DE DESENVOLVIMENTO E CONSTRANGIMENTOS DO SECTOR
- 3 - O TERCEIRO PLANO: OS OBJECTIVOS SECTORIAIS
- 4 - OS BENEFICIARIOS DO PLANO SECTORIAL
- 5 - MEDIDAS E EIXOS DE INTERVENÇÃO
- 6 - OS PROGRAMAS RETIDOS PELO IIIº PND
- 7 - RESULTADOS ESPERADOS PELA "APPROCHE/PROGRAMA"
- 8 - QUADRO INSTITUCIONAL
- 9 - ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

INTRODUCAO

Há alguns anos que a produção de sector das pescas vem estagnando. Para sustentar e redinamizar a seu desenvolvimento, várias acções tornaram-se necessarias. O presente programa foi elaborado para permitir aos diferentes organismos intervenientes no sector, dispor de um conjunto de acções já identificadas e consideradas prioritárias.

Esse programa é um instrumento que permitirá pôr em pratica a nova politica de desenvolvimento do sector. O objectivo a longo prazo dessa política é o de optimizar as vantagens económicas e sociais provenientes da exploração dos recursos halieuticos. E por conseguinte, aumentar a produção, elevar o nível de vida dos pescadores, melhorar a situação nutricional da população, aumentar as exportações e melhorar a participação do sector no esforço geral de desenvolvimento do país.

A análise detalhada do sector das pescas bem como do potencial dos recursos existentes, pouco ou ainda não explorados, permitiu quantificar alguns desses objectivos. Assim, a produção total deverá passar de 10000 toneladas em 1990 para 20300 em 1995, o que representa um aumento superior à 100%. Este aumento da produção deverá por um lado aumentar o consumo local do pescado por habitante e por ano de 16 kg em 1990 para 32 Kg em 1995, e por outro, aumentar a exportação dos produtos da pesca.

O número elevado de projectos e sua diversidade levantam o problema de coordenação. A abordagem por programa permite assegurar essa coordenação e realizar com maior eficácia e coerencia as operações retidas. Alguns projectos incluídos neste programa encontram-se em execução (9 projectos, dos quais 6 de apoio à pesca artesanal) ou já estão financiados (4 projectos), mas alguns não têm ainda financiamento (13 projectos)

1. APRESENTAÇÃO DO SECTOR DAS PESCAS

Nestes últimos quatro anos a produção do sector estabilizou-se a volta de 10000 toneladas por ano. Esta situação resulta da crise das pesqueiras industriais, compensada em grande parte pelo desenvolvimento do sub-sector artesanal.

A produção industrial estabilizou-se entre 2000 e 3000 toneladas. A frota industrial (95 unidades das quais 2/3 em actividade) é no seu conjunto vetusta. Apesar de introdução de mais 22 novas unidades desde 1985, a sua concepção não trouxe nenhuma alteração notável no plano operacional (capacidade de estokagem...)

Os barcos industriais são geridos por uma empresa estatal (PESCAVE) e por vários armadores privados. A orientação actual do Governo consiste em privatizar as unidades pertencentes ao Estado.

Segundo um estudo efectuado recentemente (Maio 1992) os principais constrangimentos das pesqueiras industriais são os seguintes:

- concentração do poder de decisão na cpaital (Praia) enquanto que a frota industrial está baseada no Mindelo (Ilha de S.Vicente);
- ineficácia do sector privado;
- insuficiências técnicas e na gestão das empresas privadas e públicas;
- carências técnicas da Interbase que não consegue colocar no mercado internacional produtos com qualidade aceiável;
- marasmo do mercado mundial do atum (principal produto de exportação)

Em contrapartida, o desenvolvimento das pesqueiras artesanais é gradual, mas constanté: entre 1986 e 1989, o número das embarcações em actividade passou de 1276 à 1404, as unidades motorizadas de 550 à 598, a productividade média por barco de 3 à 4,5 toneladas e a produção total de 7000 a 9000 toneladas aproximadamente. Além demais, os percadores têm a tendência de substituir as embarcações tradicionais por outras mais potentes.

Convém sublinhar a importância das pesqueiras artesanais, que fornecem em geral 80% da produção total e asseguram também quase por inteiro o abastecimento da população em proteínas animais de origem halieutica, uma vez que o país praticamente não importa pescado.

Em 1990, a disponibilidade teórica por habitante era de 16 kg/ano enquanto que para a carne era de 10kg/ano

aproximadamente.

Durante a última década, as exportações dos produtos do mar baixaram: 70% do total das exportações em 1980, e menos de 50% em 1989.

Estima-se que o sector absorve cerca de 5400 trabalhadores (ou seja 6% da população activa) graças à 1400 empregos criados pela pesca artesanal no decurso do II Plano. Se considerarmos os pescadores ocasionais (cerca de 1500 individuos) o ratio em relação a população activa ultrapassaria os 7%.

2. FACTORES DE DESENVOLVIMENTO E CONSTRANGIMENTOS DO SECTOR

Verifica-se a existência de uma importante reserva de recursos halieuticos pouca explorada. Com efeito, o nível actual da produção atinge um quarto dos recursos disponíveis (cerca de 45 000 toneladas). Nessas condições podia-se triplicar as capturas sem risco de sobre exploração dos recursos.

Entre os principais recursos pouco explorados e que poderiam interessar os operadores, constam: os tunídeos e outros peixes grossos pelágicos, os peixes demersais, os pequenos peixes pelágicos e também as lagostas.

Outros trunfos que favorecem o desenvolvimento do sector podem também ser destacados:

- uma tradição de pesca bem enraizada no seio da população
- uma procura do pescado muito mais elevada que a oferta, resultante por um lado do crescimento rápido da população e por outro, da competitividade de do preço do pescado em relação ao da carne
- a existência de acordos de pesca com os países vizinhos e as possibilidades da sua extensão para outros países da sub-região
- estaleiros e oficinas navais capazes de construir e de montar barcos de pesca artesanal e semi-industrial, e também reparar todo o tipo do barco de pesca.

- a existência de uma estrutura de formação funcional mas insuficiente.

Apesar do potencial halieutico importante e das possibilidades de desenvolvimento deste sector, varios problemas e obstáculos ficam por resolver:

- fraqueza do sistema de informação do sector: meios humanos e tecnicos de enquadramento ainda insuficientes;
- insuficiência de infraestruturas e de equipamentos para o desembarque, a estokagem e a comercialização; inadequação dos circuitos de distribuição;
- fraco nivel de formação dos pescadores e de apropriação das tecnicas melhoradas de capturas e de tecnologias de conservação; ausencia de um sistema de formação especifica para o sector;
- dispersão das aldeias de pescadores e o seu afastamento dos centros de consumo e de abastecimento
- vetustez e inadaptação das fabricas de conservas existentes
- fraca capacidade de poupança e de investimento dos percadores, e penúria de capitais para o desenvolvimento da pesca industrial

3. O TERCEIRO PLANO: OS OBJECTIVOS SECTORIAIS

A política do sector tem por objectivo fundamental otimizar as vantagens economicas e sociais decorrentes da exploração dos recursos halieuticos, este objectivo global subdivide-se da seguinte maneira:

- participação do sector na satisfação das necessidades locais em proteina da origem animal
- contribuição no aumento das entradas de divisas no pais
- criação de empregos (pescadores - armadores- descarregadores, transportadores, etc...)
- criação de condições favoraveis ao desenvolvimen to socio-profissional dos agentes do sector

- contribuição na redução dos desequilíbrios e os constrangimentos existentes a nível regional
- valorização do potencial económico do sector para induzir os efeitos a montante e a jusante por forma que a pesca possa tornar-se num sector de acumulação
- criação de condições para o reajustamento do aparelho de produção do sector

O Plano 1991/95 quantificou alguns dos objectivos de desenvolvimento já apresentados nomeadamente os referentes a produção destinada tanto no consumo local como à exportação, ao valor acrescentado, aos novos empregos, à produtividade e formação profissional. Basta lembrar que segundo as estimativas, em 1995 a produção devia atingir 20 300 toneladas e o consumo per capita 32,8 kg/ano.

A concretização desses objectivos supõe que todas as actividades previstas sejam realizadas e o processo da liberalização da economia continuado.

4. BENEFICIARIOS DO PLANO SECTORIAL

Os beneficiários directos do programa serão os pescadores e a sua comunidade. Estes beneficiarão do saber fazer e das novas tecnologias, o que favorecerá a produção e aumentará os seus rendimentos. Além dos pescadores, as empresas, os vendedores, os comerciantes, etc... serão também os beneficiários dos programas.

Além de mais, os resultados dos programas interessam a administração caboverdiana no seu todo, em particular a que assume o enquadramento do desenvolvimento do sector, e os organismos que prestam assistência na formulação, seguimento e avaliação das operações.

5. MEDIDAS E EIXOS DE INTERVENÇÃO

As medidas tomadas para atingir os objectivos são as seguintes:

- **recursos humanos:**

- (i) formação de quadros; (ii) desenvolvimento das

comunidades de pescadores; (iii) formação de jovens empresários nacionais;

- equipamentos e infraestruturas:

(i) realização das infraestruturas, dos equipamentos e dos serviços necessários ao desenvolvimento das actividades de pesca;

- meios de produção:

(i) exploração dos barcos industriais polivalentes; (ii) substituição das unidades artesanais tradicionais por barcos motorizados mais potentes;

- tratamento:

(i) reforço das capacidades de tratamento das capturas;

- créditos:

(i) melhoria do sistema de crédito, integrando medidas que incentivam investimentos orientados para o sector das pescas;

- gestão dos recursos halieuticos:

(i) protecção dos recursos halieuticos; (ii) fiscalização da ZEE e das actividades de pesca

- financiamento do sector:

(i) mobilização de capitais estrangeiros; (ii) investimentos directos provenientes do exterior em co-participação com os capitais nacionais

- ciência e tecnologia:

(i) aprofundamento dos conhecimentos nacionais sobre os recursos halieuticos existentes; (ii) promoção da transferência e adaptação dos novos conhecimentos e tecnológicos; (iii) organização dos serviços em matéria de controlo de qualidade; (iv) criação de condições técnicas para o desenvolvimento de uma indústria nacional de aquacultura; (v) melhoria do sistema de recolha e de difusão de dados estatísticos.

6. PROGRAMAS RETIDOS PELO III PLANO

As diferentes medidas preconizadas estão abrangidos de forma coerente pelo III Plano das pescas num conjunto de sub-programas homogêneos que abarcam os aspectos mais importantes do sector. Trata-se nomeadamente dos programas seguintes:

- desenvolvimento da pesca artesanal
- desenvolvimento da pesca industrial
- estruturas de transformação e de comercialização das capturas
- desenvolvimento dos recursos humanos
- ciência e tecnologia
- reforço institucional

7. RESULTADOS ESPERADOS DO "APPROCHE-PROGRAMME"

Os programas propostos vão tornar a coordenação e a gestão dos diferentes projectos que os integram mais fácil. "L'approche-programme" permitirá:

- evitar a duplicação das mesmas acções no sector e por conseguinte o esbanjamento de recursos
- orientar o financiamento externo para acções já identificadas
- assegurar uma melhor concertação entre os doadores, as agências de execução e os beneficiários
- planificar a realização dos diferentes projectos no tempo, tomando em consideração as relações existentes entre essas acções; utilizar os meios financeiros, técnicos e humanos de maneira mais racional e mais eficaz
- por fim, regular e ajustar as actividades em função dos resultados obtidos e das novas prioridades.

8. QUADRO INSTITUCIONAL

O programa-quadro permite concretizar a política e as estratégias retidas. Por isso, está sob a responsabilidade directa da Secretaria de Estado das Pescas (SEP) do

Ministerio das Pescas, da Agricultura e da Animação Rural (MPAAR).

Sua implementação necessita, contudo de uma colaboração estreita com:

- O Ministerio dos Negocios Estrangeiros, visto a contribuição importante dos países ou organismos externos. O MPAAR está dotado de uma direcção de cooperação que assegura as relações entre os dois departamentos
- O Ministério dos Transportes e da Infraestruturas nomeadamente a Secretaria de Estado da Marinha Mercante e Portos que intervem fundamentalmente no domínio das infraestruturas portuárias e de formação.
- O Ministério de Defesa no tocante as questões relativas ao controle e fiscalização
- Os Ministerios das Finanças e Planeamento e do Comercio, para a criação de um ambiente favorável aos operadores privados

9. ORGANIZACAO E FUNCIONAMENTO

O Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP) apoiado pela Direcção Geral das Pescas (DGS) responsabiliza-se pela execução dos programas

Essa responsabilidade consiste em :

- preparar o planning da realização dos programas
- elaborar planos de trabalho detalhado para realização de cada projecto
- propor a escolha de candidato para os diferentes lugares previstos em cada projecto
- informar a SES e os doadores de estado de avanço do programa

A DGP encarregar-se-á da gestão e de coordenação geral da execução da política do sector.

O Gabinete de Estudos e de Planificação Sectorial terá as seguintes tarefas:

- acompanhar a realização dos diferentes temas do programa
- analisar os progressos realizados na execução das actividades programadas e propor sugestões visando o bom andamento do programa

O INDP e a DGP estão colocados sob a tutela directa da Secretaria de Estado das Pescas. As informações a serem transmitidas aos doadores sera centralizadas na Direcção da Cooperação do MPAAR. Todas as decisoes importantes a serem tomadas serao analizadas á nível do Conselho Técnico do Ministério, constituído pelos Directores Gerais e os Presidentes dos Institutos do Ministério.

O sucesso da realização do programa depende principalmente de um compreensao mutua e uma colaboração efectiva nao somente entre a administração e os doadores, como também entre estes ultimos. Por outro lado, a eficacia da coordenação a nível da estrutura de execução constitui também um factor de sucesso desse programa.